



**Contemporânea**

*Contemporary Journal*  
3(10): 17236-17261, 2023  
ISSN: 2447-0961

Artigo

## **A CATEQUESE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NATIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

THE CATECHESIS OF THE ORIGINAL PEOPLE IN BRAZIL AND THE EDUCATION OF THE NATIVE POPULATION: A LITERATURE REVIEW

DOI: 10.56083/RCV3N10-035

Recebimento do original: 01/09/2023

Aceitação para publicação: 04/10/2023

### **Joender Luiz Goulart**

Doutorando em Ciências da Religião

Instituição: Faculdade Unida de Vitória

Endereço: Rua Engenheiro Fábio Ruschi, 161, Bento Ferreira, Vitória – ES, CEP: 29050-670

E-mail: joender@bol.com.br

**RESUMO:** A catequese dos povos indígenas no Brasil, realizada por missionários jesuítas durante a colonização, teve como objetivo a conversão religiosa e assimilação cultural das comunidades nativas. Os jesuítas enfrentaram o desafio de lidar com a diversidade cultural dos povos indígenas, adaptando suas abordagens para alcançar a conversão. A educação desempenhou um papel central na disseminação dos valores ocidentais e na integração dos indígenas ao sistema colonial. Contudo, esse processo também resultou na perda de conhecimentos tradicionais e identidade cultural. Hoje, é importante reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural das comunidades indígenas, respeitando sua fé e promovendo a convivência intercultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Catequese, Povos Indígenas, Educação, Interculturalidade, Fé.

**ABSTRACT:** The catechism of indigenous peoples in Brazil, carried out by Jesuit missionaries during colonization, aimed at religious conversion and cultural assimilation of native communities. The Jesuits faced the challenge

17236



of dealing with the cultural diversity of indigenous peoples, adapting their approaches to achieve conversion. Education played a central role in disseminating Western values and integrating indigenous peoples into the colonial system. However, this process also resulted in the loss of traditional knowledge and cultural identity. Today, it is important to recognize and value the ethnic and cultural diversity of indigenous communities, respecting their faith, and promoting intercultural coexistence.

**KEYWORDS:** Catechism, Indigenous Peoples, Education, Interculturality, Faith.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## 1. Introdução

A história do Brasil é marcada por um passado de colonização e interações culturais que moldaram profundamente a identidade nacional. A chegada dos europeus em 1500 trouxe consigo um novo capítulo na história do país: a catequese dos povos originários. Nesse contexto, a catequese, associada aos interesses políticos e religiosos dos colonizadores, se tornou um instrumento poderoso para a assimilação cultural e conversão religiosa das populações indígenas que habitavam o vasto território brasileiro.

Este artigo tem como objetivo principal desenvolver uma revisão de literatura sobre a "Catequese dos Povos Originários no Brasil e a Educação da População Nativa". Busca-se no sentido específico aprofundar o entendimento do processo histórico da catequese, os métodos empregados pelos missionários e o impacto que teve na educação e identidade das comunidades indígenas ao longo dos séculos.

A catequese, realizada principalmente por ordens religiosas, teve como principal personagem os jesuítas, que chegaram ao Brasil com a missão de propagar o cristianismo e transformar os indígenas em fiéis católicos. Os



missionários encontraram um cenário de enorme diversidade cultural, com diferentes etnias, línguas e crenças religiosas entre os povos nativos. Esse contexto de pluralidade cultural apresentou desafios únicos à catequese, e os jesuítas adaptaram suas abordagens para melhor se comunicar e converter os indígenas.

Uma das estratégias adotadas pelos jesuítas foi a criação de missões ou reduções, onde os indígenas eram reunidos e submetidos a um intenso processo de evangelização. Nessas reduções, os missionários não apenas ensinavam o catecismo, mas também proporcionavam instrução em língua portuguesa e habilidades agrícolas, visando a "civilização" dos povos nativos de acordo com padrões europeus. A educação tornou-se, assim, uma ferramenta essencial para a disseminação dos valores ocidentais e para a integração dos indígenas ao sistema colonial. No entanto, essa assimilação muitas vezes resultou na perda de conhecimentos tradicionais, práticas culturais e línguas indígenas, o que teve impactos profundos nas identidades das comunidades.

A revisão de literatura será embasada em uma análise crítica e aprofundada de fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e documentos históricos pertinentes, proporcionando uma compreensão mais abrangente e contextualizada da catequese dos povos originários no Brasil e seu impacto na educação da população nativa.

## **2. A Catequese no Brasil: uma Jornada de Encontro e Conflito**

Os povos indígenas têm reconhecido pela Constituição Federal, sua organização social, religião, tradições, bem como seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É competência da União, através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), efetuar a demarcação das terras, proteger e garantir o respeito à cultura dos indígenas. Quando o Brasil foi descoberto em 1500, estima-se que o território brasileiro fosse habitado por



aproximadamente cinco milhões de índios, entre Tupis e Guaranis. O primeiro contato entre branco e índios foi de completa estranheza, pois ambos possuíam culturas completamente distintas. Os índios naquela época viviam da caça, pesca e da agricultura de milho, amendoim, feijão, batata doce e mandioca. Esta agricultura era realizada de forma rudimentar.

Logo os índios e os brancos viviam em harmonia, pois os brancos estavam em minoria e precisavam da ajuda dos índios para alcançar seus objetivos de extrair Pau-Brasil usava da mão de obra escrava ou do escambo, ou seja, davam pequenas mercadorias em troca de trabalho. Com o passar do tempo os portugueses começaram a vir para o Brasil em grande quantidade com o objetivo de tomar posse de terras, neste momento o índio passou a ser visto como um obstáculo e uma forma de mão de obra escrava, os homens brancos eram muito violentos, quando não matavam chegavam a transmitir doenças para dizimar tribos e ficar com as terras. Esse comportamento violento seguiu-se por séculos, resultando ao pequeno número de comunidades indígenas existentes nos dias de hoje (ALMEIDA, 2010).

Cada tribo indígena possui suas crenças, costumes e rituais religiosos, porém o que todas mantêm em comum é a valorização e preservação da cultura indígena, o que fez com que gerasse o Dia do Índio, implementado pelo Presidente Getulio Vargas, através do Decreto Lei nº 5.540 de 02 de junho de 1943 a data surgiu após o 1º Congresso Indigenista Interamericano em 1940, quando em 19 de abril os índios reivindicaram seus direitos. No momento do descobrimento, o primeiro contato entre brancos e índios foi marcado por estranheza e diferenças culturais. Os povos indígenas viviam da caça, pesca e agricultura rudimentar, e os brancos, recém-chegados, buscavam extrair recursos naturais, como o Pau-Brasil, além de estabelecer a colonização. Inicialmente, houve uma convivência harmoniosa, baseada na troca e na ajuda mútua.



No entanto, conforme o número de colonizadores europeus aumentou e o objetivo de tomar posse das terras se tornou predominante, a relação com os povos indígenas mudou drasticamente. Os indígenas passaram a ser vistos como obstáculos e, muitas vezes, foram submetidos a violência, escravidão e doenças que dizimaram comunidades inteiras. Esse comportamento violento se estendeu por séculos, resultando na redução do número de comunidades indígenas existentes hoje.

Apesar dos desafios enfrentados ao longo da história, as comunidades indígenas mantiveram suas identidades culturais distintas. Cada tribo possui suas crenças, costumes e rituais religiosos próprios. A valorização e a preservação da cultura indígena são fundamentais para que esses povos continuem a existir e a manter suas tradições. A questão da fé desempenha um papel central na vida religiosa das comunidades indígenas. Suas crenças espirituais estão profundamente enraizadas em sua relação com a natureza, os elementos, os ancestrais e os espíritos. As práticas religiosas indígenas são marcadas por rituais, danças, cantos e celebrações que reverenciam e agradecem à natureza e ao mundo espiritual.

## 2.1 A Catequese dos Povos Originários no Brasil

No processo de concretização do Projeto Português de colonização das terras brasileiras, a Coroa portuguesa contou com o apoio significativo da Companhia de Jesus, como mencionado por Leite (1965), Azevedo (1976) e Ribeiro (1998). A principal intenção do rei D. João III, ao enviar os jesuítas para a Colônia brasileira - ideia e conselho que partiram de Diogo de Gouveia - foi converter os índios à fé católica por meio da catequese e do ensino da língua portuguesa. A Companhia de Jesus foi estabelecida durante o contexto da Contrarreforma da Igreja Católica, sendo considerada um dos principais instrumentos nessa luta, conforme apontado por Azevedo (1976). Seu propósito era deter o avanço protestante da época, utilizando duas





estratégias principais: a educação dos índios e dos colonos, e a ação missionária para converter os povos das regiões colonizadas ao catolicismo.

Raymundo (1998) salienta que a Ordem dos Jesuítas surgiu como resultado do interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado, sendo útil tanto à Igreja quanto ao emergente Estado português. Ambos tinham o desejo de expandir seus domínios, proteger as novas fronteiras, agregar interesses seculares e cristãos, e organizar o trabalho no Novo Mundo através da união de lei, rei e fé. Os jesuítas, de acordo com Luzuriaga (1975), tornaram-se uma eficiente congregação religiosa, em parte devido aos seus princípios fundamentais, que incluíam a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e da vontade dos homens, a obediência absoluta e sem limites aos superiores, a disciplina severa e rígida, a hierarquia baseada na estrutura militar e a valorização das aptidões pessoais de seus membros.

Embora a educação não tenha sido o objetivo inicial da Companhia, segundo Luzuriaga (1975), aos poucos, ela assumiu um papel cada vez mais importante entre as atividades dos jesuítas. Os "exercícios espirituais", que exerceram uma influência religiosa considerável entre os adultos, foram inicialmente seu principal recurso. No entanto, a educação acabou ganhando destaque, e os jesuítas passaram a ensinar tanto colonos quanto índios. Serrão (1980) e Vasconcelos (1977) observam que a história da Companhia de Jesus é marcada por ambiguidades, sujeita a avaliações parciais e controversas. Enquanto para alguns, eles eram considerados verdadeiros apóstolos do poder católico, para outros, representavam a corrupção da fé e a relaxação da moral cristã, movidos por interesses egoístas.

Apesar de estarem inseridos no contexto do Projeto Português para o Brasil, os jesuítas desenvolveram um projeto educacional próprio, com certa autonomia, que acabou contribuindo para que o governo português alcançasse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da colônia brasileira, como apontam os estudiosos citados anteriormente. O Projeto Educacional Jesuítico desempenhou um papel fundamental e se



tornou a base da nova estrutura social e educacional da colônia. Os jesuítas se assemelhavam a uma milícia da Igreja Católica, treinados para combater a heresia e converter os pagãos. Eles desempenharam um papel fundamental na sociedade portuguesa da época, educando os grupos sociais menos favorecidos da população, o que era visto como uma atividade de caridade. Contudo, a história da Companhia de Jesus foi cercada de ambiguidades, sendo julgada de maneira parcial e controversa por diferentes grupos. Alguns os consideravam como verdadeiros apóstolos do poder católico, enquanto outros os acusavam de corromper a fé e a disciplina eclesiástica em prol de interesses egoístas.

Apesar de estarem subordinados ao Projeto Português para o Brasil, os jesuítas possuíam um projeto educacional próprio, com certa autonomia, que acabou contribuindo para que o governo português alcançasse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da colônia brasileira. O Projeto Educacional Jesuítico tornou-se o alicerce da nova estrutura social e educacional da colônia. Os missionários criaram as missões ou reduções, que eram assentamentos onde os indígenas eram reunidos e submetidos à catequese. Além da evangelização, as reduções ofereciam instrução em língua portuguesa, técnicas agrícolas, ofícios e noções de organização social. Essa abordagem tinha como objetivo transformar os indígenas em "cristãos civilizados" e incorporá-los à sociedade colonial.

## 2.2 A Companhia de Jesus na Colônia Brasileira: Evangelização e Transformação Social

A Companhia de Jesus, uma ordem religiosa da Igreja Católica, foi fundada na Europa em 1540 por Inácio de Loyola, como relatado por Leite (1965), Azevedo (1976) e Ribeiro (1998). Composta por padres conhecidos como jesuítas, sua principal missão era catequizar e evangelizar, propagando a palavra de Jesus. Essa poderosa congregação tinha seus princípios



fundamentais, tais como: a busca da perfeição humana através da palavra de Deus e da vontade dos homens; a obediência irrestrita aos superiores; a disciplina rigorosa; a hierarquia modelada com base em uma estrutura militar; e a valorização das aptidões pessoais dos membros.

A Companhia de Jesus, ao se deparar com a descoberta das terras da América pelos portugueses e espanhóis, estendeu seu projeto para essas novas terras, visando evangelizar os índios. Esse Projeto Educacional Jesuítico, apesar de estar vinculado ao Projeto Português para o Brasil, apresentava certa autonomia, como apontado por Leite (1965), e desempenhou um papel fundamental, auxiliando o Governo português a alcançar seus objetivos no processo de colonização brasileira, conforme mencionado por Ribeiro (1998), além de tornar-se a base da estrutura educacional da Colônia.

Soares (1961) argumenta que a Companhia de Jesus surgiu como uma expressão prática de pensamento religioso, com o propósito de transformar o homem e infundi-lo com um novo espírito, moldado para finalidades sociais e religiosas. O Projeto Educacional Jesuítico não se limitava apenas à catequização, mas visava uma transformação social mais ampla, almejando alterar profundamente a cultura indígena brasileira, como afirmado por Leite (1965). Os jesuítas pretendiam inculcar nos indígenas o hábito do trabalho produtivo, incorporando-os ao mundo burguês, a uma nova relação social e a um novo modo de produção.

Ao chegarem à Colônia brasileira em 1549, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas fundaram a primeira escola de ler e escrever no Brasil, na Bahia. Nesse contexto, é importante ressaltar que o sistema educacional português era ainda incipiente e limitado, sendo o analfabetismo predominante em todas as camadas da sociedade, como apontado por Azevedo (1976). O projeto educacional jesuítico encontrou duas fases distintas de atuação, como apontado por Azevedo (1976). A primeira fase, ao longo do primeiro século de atuação dos jesuítas, envolveu a adaptação





e construção do trabalho de catequese e conversão dos índios aos costumes dos colonizadores. A segunda fase, durante o segundo século de atuação, foi marcada pelo desenvolvimento e expansão do sistema educacional implantado no período anterior.

Inicialmente, os jesuítas encaravam os indígenas como o "bom gentio", com admiração por seus modos de vida e costumes exóticos. Entretanto, ao perceberem que muitos indígenas não se adaptavam às exigências do trabalho árduo imposto pela colonização, começaram a considerá-los um obstáculo para o alcance de seus objetivos, como mencionado por Azevedo (1976). As Cartas Jesuíticas foram documentos fundamentais que relataram as preocupações, necessidades e atividades dos padres jesuítas. Além da catequização, os jesuítas procuraram inculcar nos indígenas a importância do trabalho produtivo, de acordo com os padrões da sociedade burguesa.

Assim, a Companhia de Jesus desempenhou um papel significativo na transformação social da Colônia brasileira, embora seu projeto educacional tenha sido conquistado gradualmente, enfrentando desafios e esforços de seus membros. A contribuição dos jesuítas para a história da educação no Brasil é inegável, e seu impacto deixou marcas duradouras na formação da sociedade colonial.

### 2.3 A Educação Instituída por Portugal

O Ratio Studiorum, ou "a ordem dos estudos", foi o método de ensino estabelecido por Inácio de Loyola para guiar todas as atividades educacionais dos padres jesuítas, tanto na colônia quanto na metrópole (RIBEIRO, 1998). Não se tratava de um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim de um manual prático e minucioso, apresentando regras e prescrições para serem seguidas pelos professores em suas aulas. O método educacional jesuíta foi influenciado por filósofos como Aristóteles e São Tomás de Aquino, além da cultura europeia do Renascimento (ARANHA, 2006). Sua estrutura era



centralizada e autoritária, com uma orientação universalista e formação humanista e literária, incluindo o uso da música.

O Ratio Studiorum oferecia três opções de cursos: o curso secundário, que correspondia ao ensino médio, e dois cursos superiores, teologia e filosofia. Os cursos eram compostos por disciplinas progressivas, com duração de um ano. O curso de humanidades, fundamentalmente literário e clássico, propiciava uma formação literária e humanista (FRANCA, 1952). No Brasil, o curso de humanidades foi amplamente difundido, tornando-se a base da estrutura educacional jesuíta na colônia. Os cursos superiores, de filosofia e ciências, tinham a finalidade de formar filósofos, abrangendo disciplinas como lógica, metafísica, matemática, ética e ciências naturais (FRANCA, 1952).

O plano de estudos no Brasil, baseado no Ratio Studiorum, foi adaptado para atender às diversas necessidades e interesses encontrados na colônia. Além do ensino do português, incluía a doutrina cristã, a escola de ler e escrever, canto orfeônico e música instrumental, bem como opções de aprendizado profissional, agrícola, gramática e viagens de estudos à Europa (RIBEIRO, 1998). Assim, o Método Jesuíta de Ensino, representado pelo Ratio Studiorum, desempenhou um papel fundamental na estrutura educacional da colônia brasileira, adaptando-se às peculiaridades locais e buscando formar tanto humanistas quanto profissionais para viver em sociedade.

Com relação ao processo educacional é importante registrar que o modelo pedagógico que os jesuítas aplicavam, principalmente nos seus colégios que começaram a ser criados em todo o território da América Portuguesa, desde o Nordeste até a região sul, era chamado abreviadamente de Ratio Studiorum que, traduzindo para o português, significa a ordem dos estudos. No período de 1500 a 1599, a educação era a nível internacional e após o Ratio, pode-se dizer que se iniciou uma educação propriamente brasileira (SAVIANI, 2008).



Esse plano era um guia básico que continha um único conteúdo programático que abarcava todo país, inicia-se aqui o conteúdo eurocêntrico nas escolas, além da metodologia a ser trabalhada, o número de aulas, os conteúdos a serem passados etc. Havia um único método, que era o dedutivo, assim dizendo, se partia de uma questão geral, tida como verdadeira – pois já havia sido validada pela ciência – para uma questão particular.

Extremamente bem montado, Aranha (2006) aponta que o plano apresentava uma rígida e eficiente estrutura, na qual se determinavam não apenas ideias, mas todo o arcabouço educacional, catequético, doutrinário, hierárquico e administrativo. A Companhia de Jesus se assemelhava a uma ordem militar por sua rígida estrutura, e o Ratio Studiorum determinou não apenas o plano de estudos, mas toda sua condução.

O pensamento de formação era moldar o ser humano para que ele se tornasse mais próximo do criador, exigindo a perfeição humana através do desenvolvimento de suas virtudes, negando aos nativos sua identidade e sua cultura. Essa ideia perdurou até 1759, com a chegada do novo primeiro-ministro Marquês de Pombal<sup>1</sup>, muito influenciado pelas ideias do iluminismo. O fato de o Estado Português não ter se preocupado com a questão da educação tornou-se explícito, tanto no reino, quanto na Colônia, pois não se observou qualquer suporte educacional. Os mais abastados recorriam a professores particulares, enquanto o restante da população permanecia sem qualquer tipo de instrução. Destaque-se que no Brasil, em 1760, ocorreu o primeiro concurso público para professores, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco. No entanto, a primeira aula aconteceu somente em 1774, quatorze anos após o concurso.

---

<sup>1</sup> Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras foi um nobre, diplomata e estadista português.



Percebe-se que até então a educação brasileira, que se desenvolveu no período colonial, não era uma educação estruturada, do ponto de vista institucional, pois ainda era voltada principalmente para os interesses da coroa e da elite colonial que se formou nesse século no Brasil. Dentre todas as dificuldades que o Brasil enfrentou no campo educacional desde a época da colônia, muitas persistiram no século seguinte com a chegada da coroa.

### **3. Papel das Ordens Religiosas, Especialmente os Jesuítas, na Catequese**

Os jesuítas se destacaram pela sua abordagem diferenciada na catequese. Ao chegar a uma nova região, eles buscavam aprender a língua e os costumes dos nativos, a fim de facilitar a comunicação e o entendimento mútuo. Essa postura respeitosa e adaptativa permitiu aos jesuítas uma maior aproximação com os indígenas, possibilitando um maior êxito na conversão religiosa. Os jesuítas adotaram estratégias específicas para alcançar os povos indígenas. Além do aprendizado da língua e dos costumes locais, eles utilizaram a arte, a música e o teatro para transmitir as histórias bíblicas e ensinamentos cristãos. Também foram produzidos textos catequéticos e gramáticas em línguas indígenas para facilitar o ensino.

As reduções, estabelecimentos missionários, tornaram-se o principal meio de catequese e educação dos povos indígenas. Nessas reduções, os missionários proporcionavam instrução em língua portuguesa, técnicas agrícolas, artesanato e conhecimentos sobre a fé católica. Os indígenas, por sua vez, eram incentivados a viver em comunidades organizadas, seguindo os preceitos cristãos. Assim, a catequese teve impactos profundos nas comunidades indígenas, tanto culturais quanto religiosos. A introdução do cristianismo e a repressão das crenças e rituais indígenas levaram a uma significativa perda de aspectos das culturas nativas. A imposição de uma nova religião e a assimilação aos valores ocidentais muitas vezes resultaram



na fragmentação das tradições culturais indígenas e na perda de conhecimentos ancestrais.

O processo de catequese, embora tenha tido seus esforços de aproximação e respeito à cultura indígena, também gerou conflitos culturais e tensões nas comunidades. Alguns indígenas abraçaram a fé católica e se adaptaram à vida nas reduções, enquanto outros resistiram à catequese, mantendo suas crenças e práticas culturais. O ser humano desde que começou a constituir grupos, sentiu a necessidade de registrar a sua história, a memória construída individual e coletivamente, formaram as primeiras formas históricas, seguidas das pinturas nas cavernas, que seriam sortilégios para a caça e acabaram por retratar a construção cultural e histórica do ser humano. Sendo que atualmente essa memória e história cultural e social, podem ser vistas nas mais revolucionárias formas de comunicação, através da tecnologia (ATAMANIUK, 2014).

A cultura é a própria identidade nascida na história, que ao mesmo tempo nos singulariza e nos torna eternos. É índice e reconhecimento da diversidade. É o terreno privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito, da diferença e do entendimento (GAUDIO, 2015). Dessa forma, Mello (2015) coloca que todas as ações humanas são pautadas por conhecimentos que têm origens diversas. O conhecimento oriundo do senso comum, conhecimento religioso e conhecimento científico norteiam a vida humana e proporcionam uma concepção de mundo. Contudo, essas formas de conhecimento apresentam naturezas diversas e visões diferentes sobre o mundo.

Com isso, Sacavino (2016) definindo cultura de modo amplo e enquanto um elemento constitutivo ontológico das sociedades, regiões, coletividades que as produzem e que nelas são produzidas, cultura seria algo que estaria fora da esfera da racionalidade instrumental. Somente em termos da definição de políticas culturais, referidas àquela maneira específica de falar sobre cultura, relativa a modelos de organização da produção,





circulação e consumo das obras de arte em geral; de classificação, conservação e transmissão intergeracional do patrimônio definido pelos especialistas enquanto patrimônios artístico-culturais, é que a cultura poderia ser tocada enquanto algo a ser planejado, organizado, implementado.

A cultura, para Streck (2012), abrange todas as expressões materiais e não materiais de um povo, bem como os processos através dos quais elas são comunicadas, transmitidas, partilhadas. Ela envolveria todas as expressões e processos sociais, éticos, intelectuais, científicos, artísticos de um povo nacionalmente relacionado e normalmente ocupando e vivendo numa área geográfica delimitadas, incluindo o que e como eles os transmitem. Assim a cultura descreve semelhanças partilhadas entre pessoas dentro de um território físico ou emocional, que as fazem experimentar um sentimento de unidade e de pertencimento que geralmente se desdobra em desejos de cultivo e de transmissão intergeracional.

O debate sobre homogeneização e heterogeneização. Estudos de caso de diversidade cultural e educação intercultural nos domínios da política, gestão, currículo de ensino e aprendizagem. Os objetivos da educação intercultural são lidar com essa diversidade de uma forma positiva e ver as vantagens dela, em vez de vê-la como um problema, ou seja, não apenas tolerá-la, mas aproveitar diretamente todas as possibilidades e riquezas que uma sala de aula diversificada oferece aos nossos alunos como alunos e nós como professores (FLEURI, 2002).

### 3.1 A Catequese e a Construção da Identidade Brasileira

A catequese, para Aranha (2006) não se limitou apenas à conversão religiosa, mas também desempenhou um papel importante na construção da identidade brasileira. A partir do contato entre europeus e indígenas, ocorreu um processo de miscigenação cultural e religiosa, que deu origem a uma



identidade híbrida e única no contexto da América Latina. Houve promoção da assimilação de elementos culturais europeus pelas comunidades indígenas, resultando na fusão de tradições, costumes e valores. Essa interação cultural influenciou a língua, a culinária, a música, a arte e outras manifestações culturais presentes na sociedade brasileira atual. A influência da religião católica também se fez sentir na organização social, nos rituais e nas festividades populares do Brasil.

Além disso, a catequese desempenhou um papel importante na inserção dos indígenas no contexto político e econômico da colônia. Através da catequese e das reduções, os indígenas foram integrados à mão de obra da sociedade colonial, participando de atividades econômicas como a agricultura e o artesanato (ARANHA, 2006). No entanto, é importante ressaltar que a catequese também teve consequências negativas para os povos indígenas. A imposição de uma religião estrangeira e a tentativa de extinguir as práticas culturais nativas causaram a perda de muitos aspectos importantes da identidade indígena. Além disso, a exploração dos indígenas como mão de obra e a disseminação de doenças trazidas pelos europeus resultaram em redução populacional significativa.

A cultura, como mencionado no texto, é um elemento constitutivo ontológico das sociedades e envolve todas as expressões materiais e não materiais de um povo. A catequese, ao introduzir a religião e os valores europeus entre as comunidades indígenas, trouxe consigo uma transformação cultural significativa. A disseminação do cristianismo, a repressão de práticas culturais nativas e a imposição de uma nova religião foram elementos que moldaram a cultura das comunidades indígenas. No entanto, a cultura não é estática, e a diversidade cultural é uma característica inerente à sociedade brasileira e à humanidade em geral. A educação intercultural surge como uma resposta aos desafios da diversidade, buscando lidar de forma positiva com a pluralidade cultural presente no ambiente educacional (CANDAU, 2016).



As abordagens educacionais mencionadas, como a educação de imigrantes e a educação multicultural, evidenciam os esforços de integrar a diversidade, mas também apontam para limitações, como a ênfase na assimilação e separação dos grupos. A educação intercultural, por sua vez, busca abordar a diversidade de forma positiva, aproveitando as vantagens e riquezas que a sala de aula diversificada oferece (CANDAUI, 2016).

Relacionando tudo isso à catequese dos povos originários no Brasil, podemos perceber como a cultura e a identidade dessas comunidades foram afetadas e transformadas pelo contato com os europeus e a imposição da religião católica. A diversidade cultural presente na sociedade brasileira hoje é um reflexo desse processo histórico e da interação entre diferentes grupos ao longo dos séculos. A educação intercultural se torna relevante no contexto atual para promover o respeito e a valorização da diversidade cultural e religiosa, reconhecendo as diferentes formas de conhecimento e concepções de mundo presentes na sociedade. Essa abordagem educacional busca superar as desigualdades, promover o diálogo entre culturas e construir uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

#### **4. Desafios e Caminhos da Educação Intercultural no Brasil: Aprendendo com o Passado, Construindo o Futuro**

Durante a década de 1990, os principais objetivos da educação intercultural ainda estavam se desenvolvendo e mudando com uma série de definições emergentes. Um resultado positivo desses desenvolvimentos foi a aceitação de que a educação intercultural deve ser uma vantagem para todos os alunos, tanto da maioria como dos grupos minoritários. A aceitação de que a educação intercultural se aplica a todos os alunos resultou na dissociação da questão do imigrante. Esta integração também implicava que - pelo menos teoricamente a educação intercultural foi transformada em



objetivo para todas as escolas e professores, independentemente da composição da sala de aula e da população escolar (FLEURI, 2002).

As principais diferenças entre a educação intercultural e outras abordagens podem ser resumidas em dois pontos principais; que a educação intercultural se destina a todas as crianças, não apenas as crianças com origem migrante e que a “Cultura” é definida de forma ampla, ou seja, todas as classes são multiculturais. Essa nova abordagem acabou levando à conclusão de que uma criança nascida de pais estrangeiros não era diferente de uma criança local da mesma origem social (CANDAU; FERNANDES, 2010).

O sistema educacional é, sem dúvida, uma das instituições sociais mais importantes para a construção da interculturalidade, pois é a base da formação humana e um instrumento não só para a manutenção de uma sociedade, mas também de seu crescimento, transformação e libertação, e do reconhecimento de todas suas potencialidades civilizacionais humanas (CANDAU, 2016).

Essas potencialidades que implicam no desenvolvimento do ser humano integral em unidade com a mãe terra, o território, o cosmos e toda a totalidade, são aqueles que são desconhecidos em sua prática atual de educação formal uni ou não nacional. Visto desta perspectiva, temos o desafio reconhecermo-nos mutuamente entre as culturas como parcialidades da vida, se queremos viver juntos e curar o nosso planeta terra daquele mal pandêmico da colonização (ARENHART, 2013).

A partir daí a urgência de dialogar mais do que entre culturas, entre civilizações com suas próprias experiências, identidades, visões de mundo e lógicas de vida. Como podemos ver, o problema vai muito além da mera inclusão da diversidade cultural e política e abordagem que até agora. Orientou a questão da interculturalidade na educação equatoriana (ATAMANIUK, 2014).

Isso implica uma reconsideração e refundação e não uma simples reforma da educação a partir de dentro, a partir da consciência e aceitação



de que ela nunca foi pensada para o conjunto dos equatorianos a partir da pluralidade de suas realidades, lógicas, cosmovisões civilizatórias, conhecimentos e sistemas de vida. Pelo contrário, e como observei no início deste capítulo, a educação serviu para cimentar uma sociedade monocultural não internacional e exclusivo, cego, inconsciente e desinteressado da diferença colonial e presente cultural dentro (WALSH, 2007).

Sem dúvida, os "problemas de consciência" são os que estão em primeiro plano, antecedentes da interculturalização educacional, porque partem das bases estruturais e discursivas da sociedade, incluindo o da miscigenação como discurso colonial de poder. Portanto, podemos perguntar: qual a relação entre a educação e o projeto "nacional", e de que forma a educação tem servido como um aparato ideológico, pensando com Streck, (2012), desse projeto e como perpetuador e reproduzidor da colonialidade do poder.

A educação não tem sido um dos campos cardeais moldar uma noção singular e homogênea do "nacional", na qual povos indígenas e afrodescendentes permanecem ausentes ou, no melhor, como herança, estranheza e folclore. Finalmente, o que de que forma esta educação "nacional" com suas múltiplas reformas, encontrou sustentação, visão e direção para além de suas fronteiras, particularmente, na esfera transnacional de organizações "consultivas", como o Banco World e UNESCO (MELLO, 2015).

Partindo dessas questões, e da discussão anterior, para chegar no fundo do problema, vale a pena explorar mais a falta de correspondência entre a educação e a sociedade, focalizando brevemente três questões críticas (GAUDIO, 2015). Primeiro, na geopolítica do conhecimento, que norteia a educação e seus conceitos de ciência, conhecimento e conhecimento. Em segundo lugar, na tendência contemporâneo (neo) liberal que faz da educação um projeto de "desenvolvimento humano". E, terceiro, no problema "reformativo" da inclusão étnico-cultural. Esses aspectos





servirão como uma base crítica para futuras considerações, estratégias e elementos proposicionais do projeto político, social, ético e epistêmica da interculturalidade (FRANKENBERG, 2004).

A interculturalidade na educação não foi promovida apenas por políticas oficiais dirigidas pelo Estado; o potencial normativo e prescritivo mencionado que caracterizou o conceito desde que se tornou parte das agendas dos movimentos sociais, por comunidades de migrantes na Europa, comunidades afro-americanas e/ou chicanas na América do Norte, comunidades indígenas na América Latina e Oceania, tem contribuído para o surgimento de uma nova (sub) disciplina de pedagogia intercultural e/ou intercultural educação (ATAMANIUK, 2014).

É neste contexto que um encontro da pedagogia com a antropologia ocorre. Esse encontro não se limita ao discurso da interculturalidade. Pelo menos desde que os antropólogos norte-americanos criaram o Conselho de Antropologia e Educação em 1968, a antropologia da educação tem sido caracterizada por sua integração de pesquisa etnográfica e comparativa sobre a aquisição intergeracional dos mecanismos culturalmente específicos de interação e de cognição com teorização geral sobre os conceitos de cultura e identidade (CANDAU, 2016).

A orientação analítica e comparativa desta subdisciplina contrasta não apenas com carga normativa da educação intercultural, mas também com o zelo muitas vezes imediato por intervenção pedagógica. Como resultado, um distanciamento gradual pode ser percebido entre a antropologia da educação como subdisciplina da antropologia, por um lado, e a antropologia pedagógica, de outro, que remonta à época de María Montessori interesse "científico" original, mas amplia suas questões e, assim, aproxima-se de filosofia e principalmente a ética (STRECK, 2012).

No contexto da pedagogia intercultural emergente, uma interpretação predominantemente auxiliar do conhecimento antropológico gerou um reducionismo conceitual, que teve um impacto negativo na própria estratégia



de interculturalizando a esfera educacional. Refletindo uma tendência profundamente enraizada em pedagogia para problematizar a existência da diversidade cultural na sala de aula, básicos conceitos da antropologia, como cultura, grupo étnico e etnia são aplicados e operacionalizados que recorrem às definições do século XIX no melhor de casos (ATAMANIUK, 2014).

Além do uso recorrente de racializações, por exemplo, diferenças culturais são frequentemente etnicizadas pela reificação de seus portadores. Não é apenas a diferença intergrupais muitas vezes essencializada na chamada intercultural educação, mas fenômenos individuais e de grupo também se confundem: étnico e ético as perspectivas são indiscriminadamente misturadas. Noções diferentes como cultura, etnia, diferenças fenotípicas e situações demográficas, como ser uma minoria são confusos e, finalmente, os estereótipos históricos do outro ocidental, os topoi do "Cigano", o "Muçulmano", e assim por diante (CANDAU, 2016).

Nestes tipos de terminologia atalhos, as consequências práticas da estratégia de problematizar a diversidade, promovida tanto pelas tarefas clássicas da pedagogia quanto pelo multiculturalismo diferencial, torna-se evidente. Uma vez que a política da diferença é transferida para a sala de aula, a alteridade torna-se um problema e sua solução é culturalizada pela reinterpretação das desigualdades socioeconômicas, jurídicas e/ou políticas como supostas culturais diferenças (ATAMANIUK, 2014).

É importante ressaltar que a catequese jesuíta, embora pautada em boas intenções religiosas, muitas vezes impôs a cultura europeia e os valores cristãos aos indígenas de forma autoritária, ignorando suas tradições e visões de mundo. Os jesuítas procuravam impor uma única cultura e religião, acreditando que isso traria a "civilização" e "salvação" aos povos nativos. Por outro lado, a educação intercultural propõe uma abordagem mais respeitosa e inclusiva, valorizando todas as culturas presentes em uma sociedade. Enquanto a catequese dos jesuítas visava à assimilação cultural, a educação



intercultural busca o diálogo e a troca de saberes entre diferentes culturas, reconhecendo a diversidade e promovendo a coexistência harmoniosa.

Os jesuítas, no entanto, também tiveram seus momentos de aprendizado intercultural. Ao conviver com os povos indígenas, eles foram expostos a diferentes formas de vida, conhecimentos e costumes. Alguns deles, como o Padre José de Anchieta, reconheceram a importância de entender e respeitar a cultura dos indígenas para obter êxito na catequese. Anchieta aprendeu a língua tupi-guarani, aproximou-se das comunidades nativas e utilizou elementos da cultura indígena em suas pregações.

Apesar desses esforços pontuais, a catequese dos jesuítas no Brasil colonial ainda falhou em estabelecer uma verdadeira educação intercultural. Faltou uma compreensão mais profunda das diferentes cosmovisões indígenas e uma valorização genuína de suas tradições. Em muitos casos, a abordagem catequética imposta pelos jesuítas acabou por gerar conflitos culturais, resistência e violência.

Hoje, olhando para o passado, podemos aprender com esses acontecimentos e reconhecer a importância de uma educação intercultural verdadeira e inclusiva. No Brasil contemporâneo, onde a diversidade cultural é uma realidade inegável, é imprescindível valorizar e respeitar todas as culturas presentes em nosso território.

A educação intercultural pode ser uma ferramenta poderosa para promover o entendimento mútuo, o diálogo e a convivência harmoniosa entre diferentes grupos culturais. É necessário que a escola, como instituição social fundamental, promova uma educação que reconheça as múltiplas culturas presentes em sua comunidade e incorpore conhecimentos e tradições de diversos grupos, em vez de impor uma única visão cultural.

Assim como os jesuítas tiveram que aprender com os indígenas para obter uma maior compreensão e sucesso em sua missão catequética, a educação intercultural hoje nos convida a aprender com todas as culturas e povos que constituem a rica tapeçaria brasileira. Somente por meio do



respeito à diversidade e da promoção do diálogo cultural podemos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e verdadeiramente intercultural.

No Brasil contemporâneo, o ensino da religião é um tema complexo e sensível devido à diversidade religiosa e à laicidade do Estado. A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade religiosa e estabelece que o ensino religioso é de matrícula facultativa nas escolas públicas, devendo ser oferecido de forma plural e respeitosa à diversidade de crenças. Atualmente, o ensino religioso nas escolas deve abordar o fenômeno religioso em suas diversas manifestações, apresentando as principais tradições religiosas presentes no país e promovendo o respeito à liberdade de crença de cada indivíduo. A abordagem deve ser informativa e crítica, evitando doutrinações e proselitismos.

O desafio atual é garantir que o ensino religioso seja conduzido de forma laica e inclusiva, sem favorecer ou privilegiar nenhuma religião específica. Isso requer formação adequada dos professores, material didático imparcial e espaços para diálogo e compreensão mútua entre os estudantes de diferentes crenças. A diversidade religiosa no Brasil é notável, com representantes do cristianismo, islamismo, judaísmo, espiritismo, religiões de matriz africana, entre outras. O ensino religioso, portanto, deve ser uma oportunidade para promover a tolerância, o respeito e o entendimento entre os diferentes grupos religiosos, fortalecendo o pluralismo religioso e a coexistência pacífica.

O ensino da religião no Brasil, desde a colônia até os dias atuais, reflete as transformações sociais e culturais da sociedade brasileira. Na colônia, a catequese jesuíta buscava a assimilação cultural e religiosa dos povos indígenas. Hoje, o desafio é promover o ensino religioso de forma laica, plural e inclusiva, valorizando a diversidade religiosa do país e respeitando a liberdade de crença de cada indivíduo. A educação religiosa deve ser uma oportunidade para promover a tolerância e o diálogo inter-religioso,



contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e pluralista.

## **5. Considerações Finais**

A chegada dos colonizadores europeus trouxe consigo a imposição de valores culturais e religiosos estrangeiros sobre as comunidades indígenas, com o objetivo de convertê-las ao cristianismo e integrá-las ao sistema colonial. Os jesuítas desempenharam um papel fundamental nesse processo, sendo os principais responsáveis pela catequese e educação dos indígenas. Eles encontraram um cenário de enorme diversidade cultural, com diferentes línguas, crenças e tradições entre os povos nativos. Para melhor se comunicar e converter os indígenas, os missionários adaptaram suas abordagens e criaram reduções, onde proporcionavam instrução religiosa e educacional aos nativos.

A catequese, apesar de ser um instrumento poderoso de assimilação cultural, também teve impactos negativos na identidade das comunidades indígenas. A imposição de valores ocidentais muitas vezes levou à perda de conhecimentos tradicionais, práticas culturais e línguas nativas, o que resultou na descaracterização de diversas etnias e na diluição de suas identidades. A educação tornou-se uma ferramenta essencial para disseminar os valores ocidentais e promover a integração dos indígenas ao sistema colonial. No entanto, a forma como essa educação foi implementada nem sempre respeitou a diversidade cultural e os saberes tradicionais das comunidades indígenas. Em muitos casos, a educação se tornou um mecanismo de dominação e controle, promovendo a aculturação e a submissão dos nativos aos interesses dos colonizadores.

É importante reconhecer que a história da catequese dos povos originários no Brasil não pode ser reduzida a uma narrativa simplista de opressores e oprimidos. A complexidade desse processo exige uma análise





crítica e contextualizada, levando em consideração as dinâmicas sociais, políticas e culturais da época.

Hoje, a sociedade brasileira enfrenta o desafio de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica presente em seu território, incluindo as comunidades indígenas. É necessário promover ações afirmativas que respeitem e protejam os direitos dos povos originários, permitindo que mantenham suas tradições, línguas e práticas religiosas.

A questão da fé é intrinsecamente ligada à identidade cultural das comunidades indígenas. Suas crenças espirituais estão enraizadas em uma relação profunda com a natureza e o mundo espiritual. Ao valorizar e respeitar a fé dos povos originários, a sociedade brasileira pode avançar em direção a uma convivência mais harmônica e inclusiva, reconhecendo a importância dessas comunidades na construção da identidade nacional.

Por fim, compreender a história da catequese dos povos originários no Brasil e sua relação com a educação da população nativa é fundamental para entendermos a complexidade das relações interculturais e suas implicações na formação da identidade brasileira. O respeito à diversidade cultural e o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas são pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. A reflexão sobre esse passado nos convida a pensar no presente e no futuro, buscando superar preconceitos e estabelecendo diálogos interculturais que fortaleçam a unidade na diversidade.



## Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. São Paulo: EDUC/INEP/MEC, 2000.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARENHART, Deise. *Culturas infantis em contextos desiguais: marcas de geração e classe social*. In. 36ª reunião nacional ANPEd. 2013.
- ATAMANIUK. Alijona. *Os termos "multicultural", "transcultural", "intercultural"*. Significado, diferenças, área de uso, Munique, GRIN Verlag, 2014.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976. Parte 3: A transmissão da cultura.
- CANDAU, Vera Maria (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- CANDAU, Vera Maria; FERNANDES Luiz de Oliveira. *Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil*. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, vol. 16, nº 1, p. 15-40, abr., 2010.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais*. PERSPECTIVA, Florianópolis, p.405-423, jul./dez. 2002.
- FRANCA, Leonel S. J. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum* Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FRANKENBERG, Ruth. *A miragem de uma branquidade não marcada*. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GAUDIO, Eduarda Souza. *Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças*. In. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis. 2015.
- LEITE, Serafim. *Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal): 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia* 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.



MELLO, Suely Amaral. *A educação da criança de 0 a 6 anos e o processo de humanização: uma perspectiva histórico-cultural*. In. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis. 2015.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. *Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas*. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SACAVINO, Susana. Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. CEDES* [online]. 2008, vol.28, n.76, pp.291-312.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. 3. ed. Lisboa: Verbo, 1980. v. 2: A formação do Estado Moderno (1415-1495).

SOARES, Álvaro T. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da UnB, 1961.

STRECK, Danilo. Qual o conhecimento que importa. Desafios para o currículo. *Currículos sem Fronteiras*, v.12, nº 3, p. 8-24, set/dez. 2012.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus* 3. ed. Petrópolis: Vozes/ INL/MEC, 1977. v. 1.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica/pedagogía decolonial. In: *Memorias del Seminario Internacional Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.